Revista IDeAS

Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

# Lavouras de soja e arranjos familiares em Mato Grosso

***Cristiano Desconsi***[1]

***Resumo***

*Este trabalho tem como objetivo refletir sobre relação entre família e exploração agrícola em assentamentos do meio norte do Mato Grosso. A reflexão baseia-se em dados etnográficos obtidos em assentamentos rurais entre 2008 e 2014 cujas terras estão, atualmente, totalmente ocupadas por lavouras de soja, não se diferindo, do ponto de vista da ocupação física do espaço, das grandes explorações agrícolas que predominam naquele estado. De diversas formas, os assentados buscam se integrar na produção de soja, o que exige muitos recursos — financeiros, terra, máquinas, conhecimento, nomes — que são objetos de troca, constituindo uma complexa "economia das práticas", envolvendo, nesse caso em particular, processos de aproximação e distanciamento entre os membros de uma dada parentela. Participar da produção agrícola de soja nessa região possui significados que vão muito além da racionalidade econômica clássica, sobretudo, envolvem tentativas dos assentados em manter-se, ou ao menos se aproximar das posições daqueles que detêm o status e o prestígio associados à produção de soja e são reconhecidos como "produtores".*

***Palavras-chave:*** *família, economia, Mato Grosso.*

**Abstract**

[1] Professor Adjunto do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina(UFSC) [2019], área de Administração Rural. Possui doutorado em Ciências Humanas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ) [2017], mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ) [2009].

*This paper aims to reflect on the relationship between family and agricultural exploitation in settlements in the north of Mato Grosso. The reflection is based on ethnographic data obtained in rural settlements between 2008 and 2014, whose lands are currently totally occupied by soybeans, not differing from the point of view of the physical occupation of the area, the large farms that predominate in that area state. In a number of ways, the settlers seek to integrate themselves into soybean production, which requires many resources - financial, land, machines, knowledge, names - that are traded as a complex "practice economy". particular, processes of approximation and distance between the members of a given relative. Participating in soybean production in this region has meanings that go far beyond classical economic rationality, especially involving the attempts of the settlers to maintain or at least approach the positions of those who hold the status and prestige associated with the production of soybeans and are recognized as "producers".*

***Keywords:*** *Family, economy, Mato Grosso*

## 1. Uma área de expansão agrícola no meio norte mato-grossense

O Brasil alcançou nos últimos dez anos a segunda posição no ranking mundial na produção de soja. Isso ocorreu não só devido ao aumento da produtividade, mas também pela expansão das lavouras mecanizadas sobre novas áreas do Cerrado brasileiro incentivadas por inúmeras políticas de Estado (HEREDIA *et. al*, 2010; WEIZ Jr., 2014). O meio norte do Mato Grosso é uma das áreas que contribuiu muito para alcançar a referida posição, especialmente após a década de 1990, quando viveu o grande *boom* de expansão das lavouras de soja e milho (DESCONSI, 2011, ALMEIDA, 2013). Conforme expunham vários estudos e não é difícil confirmar em campo, a produção agrícola de soja e milho (chamada de "lavoura") é desenvolvida predominantemente em grandes explorações agrícolas (FERNANDEZ, 2007). Todavia, chama a atenção a existência de inúmeros projetos de assentamentos de Reforma

Agrária criados a partir de meados da década de 1990[2], sobre os quais parece haver poucos estudos qualitativos, diante de tamanho destaque, em geral, dado pelos pesquisadores e a imprensa às grandes explorações agrícolas. Compreender de forma qualitativa as relações sociais que se construíram nesses assentamentos rurais, de forma particular, como se dá o envolvimento dos assentados com a produção de soja foi o que nos motivou a realizar trabalho de campo em 2013 e 2014[3] do qual extraímos o material para essa reflexão.

Os assentamentos do meio norte do Mato Grosso foram criados, em sua maioria, entre 1995-2004 em áreas das "chapadas"[4] mais afastadas dos povoamentos e dos principais eixos rodoviários — como a BR-163 — existentes naquela época. O Incra promoveu a desapropriação de imóveis cujos proprietários, em sua maioria,

2 Segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), entre 1992 e 2003 foram criados 38 projetos, com 8.080 parcelas, totalizando 554 mil hectares na abrangência de municípios do meio norte do Mato Grosso (considerando 14 municípios).

3 A reflexão deste artigo é parte da pesquisa de tese vinculada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ), com o título "O controle da lavoura: a construção de relações sociais e a produção de soja entre assentados do meio norte do Mato Grosso", sob orientação da profa. Dra. Beatriz A. Heredia. A definição dessa área do estudo possuí relação com investimentos em pesquisa anteriores (ver DESCONSI, 2011), quando o autor participou do projeto "Sociedade e economia do agronegócio – um estudo exploratório". Para mais sobre os resultados desse projeto, ver http://campohoje.net.br/.

4 Denominam-se como chapadas as terras localizadas numa extensa faixa central que atravessa o estado do Mato Grosso de leste a oeste. Caracterizam-se por serem áreas planas ou levemente onduladas, onde predominava a vegetação típica do Cerrado e pelos solos que apresentam baixa fertilidade natural. A partir dos anos 1980 passaram a ser muito valorizados para a implantação da agricultura mecanizada de produtos como arroz, soja, milho e algodão. Os assentamentos que nos referimos neste trabalho localizam-se em terras com essas características.

mantinham suas terras como reserva de valor em áreas de baixa densidade demográfica[5]. Nesse período estavam em andamento inúmeros conflitos fundiários (MORENO, 2007) nas áreas mais ao sul do estado, de onde saíram a maioria dos demandantes que integraram os projetos criados nas chapadas. Tais acampamentos eram constituídos de indivíduos e grupos deslocados de outras regiões do país e do próprio Mato Grosso. Por isso, é comum entre os assentados o uso de categorias associadas aos seus locais de origem ("gaúchos", "cuiabanos", entre outros), ou último ponto do itinerário, que coincidia com os locais de acampamento — "o pessoal de Nobres", "pessoal de Lucas", "pessoal da baixada cuiabana" — que carregam implícitas determinadas características que identificam e fortalecem vínculos de pertencimento e exprimem certas diferenças em uma "comunidade" em formação. Entre os assentados que exploram a produção de soja, predominam famílias oriundas do sul do Brasil[6] que se envolveram em processos de luta pela terra em Mato Grosso.

Circulando pelas terras da região, é difícil, muitas vezes, distinguir na paisagem as terras das grandes explorações agrícolas (comumente chamadas de fazendas) e as terras ocupadas por assentamentos rurais. Quem imagina assentamentos, com uma paisagem formada por casas rodeadas por árvores, criação de pequenos animais, existência de muita movimentação de pessoas ou mesmo uma

5 Os processos de expulsão de populações nativas que habitavam essas terras parecem ter ocorrido com intensidade nas décadas de 1960 a 1970 (MORENO, 2007).

6 Outras pesquisas que se dedicaram ao estudo dos produtores de soja em Mato Grosso também observaram a predominância daqueles oriundos do sul do Brasil, geralmente designados como "gaúchos" (FERNANDES, 1997; DESCONSI, 2011; ALMEIDA, 2013).

maior diversidade nos cultivos dispostos nas terras, se surpreende ao observar que tal cenário se apresenta como marginal na maioria dos dez assentamentos que conhecemos, localizados nos municípios de Sorriso, Nova Ubiratã, Ipiranga do Norte, Itanhangá e Tapurah (estes dois últimos talvez com mais sinais do que inconscientemente procurávamos). Nos sete assentamentos localizados no município de Ipiranga do Norte, que totalizam aproximadamente 54 mil hectares, a soja ocupa aproximadamente 49 mil hectares, ou seja, mais de 85% do total, segundo dados da própria Secretaria Municipal da Agricultura. O mesmo se repete em assentamentos do município de Sorriso (Boa Esperança II), Nova Ubiratã (Piratininga) e Itanhangá (Itanhangá), nos quais a soja alcança entre 80 e 90% de todas as terras, conforme nossos dados.

Sem um exame aprofundado, rapidamente, seríamos levados a pressupor que a presença de soja em assentamentos rurais é produto da concentração fundiária (pela posse ou pelo uso), e que os fazendeiros da região estariam se apropriando das terras dos assentados. Sem desconsiderar a existência de tais situações, verifica-se a existência de assentados envolvidos com a produção de soja, cuja soma das diversas áreas variavam entre 70 a 400 hectares em uma região onde a média dos estabelecimentos é de 1.500 hectares, conforme Fernandes (2007), e onde representantes das instituições patronais afirmam que são necessários pelo menos 1.000 hectares para a viabilidade econômica desse tipo de produção[7]. Por ser um tipo de produto característico de grandes explorações agrícolas, como poderíamos compreendê-lo nas

7 De acordo com entrevistas feitas com agrônomos de firmas agrícolas e com representantes de sindicatos patronais.

áreas dos assentamentos? As pistas que seguimos para examinar tais especificidades vieram de relatos muito comuns entre os assentados "aqui a gente planta com a família ou temos uma sociedade com o irmão mais o pai", que nos indicaram a relevância de mapear e compreender a construção de arranjos envolvendo membros de uma parentela no entorno desse tipo de exploração agrícola[8].

Fazer menção à "família" para a maioria dos assentados[9] significa tratar dos vínculos estabelecidos entre diversos indivíduos a partir de relações de aliança — formadas a partir dos casamentos — e filiação — menção aos pais e filhos e/ou irmãos. Quando se tratam de casais jovens, geralmente falar de família significa falar da família "do lado dele*"* ou "do lado dela*"*, por vezes agregando os cunhados. Já para os casais mais velhos, falar de família é fazer menção aos filhos e, eventualmente, netos, e dar menor peso aos irmãos. Raramente, o significado de família aparece associado somente a um casal e seus

8 Há uma vasta literatura sobre o campesinato que dedicou atenção à relação entre família (ou parentesco) e exploração agrícola (geralmente entendida como esfera econômica) (ARESBERG; KIMBALL, 1968; HEREDIA, 1979). O primeiro aspecto destacado pela literatura é o fato de tais atividades produtivas ou econômicas estarem subordinadas às relações sociais, especialmente de parentesco, e não o inverso (BOURDIEU, 1977). Por esse caminho, estudar a "economia familiar" de determinados contextos específicos, como nesse caso, assentamentos rurais em áreas de expansão agrícola recente, contribui para uma melhor compreensão dos processos sociais em curso na agricultura, ao evidenciar outras dimensões não captadas pelos estudos da área de economia e demografia, por exemplo.

9 Assentado é termo utilizado para designar aqueles que integram um projeto de assentamento de reforma agrária pelo Incra. Geralmente, consideram-se assentados aqueles que participaram da primeira leva de beneficiários contemplados com uma parcela de terra (lote). É com esse significado que fazemos uso dessa categoria neste estudo. Isso não desconsidera que o termo ganha sentidos particulares em situações específicas como quando aparece em oposição às fazendas, ou aos produtores. Porém esses sentidos não são examinados nos limites desse trabalho.

filhos, quando ainda jovens, embora haja menção à "casa", que mais que a própria ideia de propriedade, demarca a existência de um novo casal. O casamento implica construir um espaço (físico) de residência, nem sempre associado a uma parcela de terra individual, pois isso depende das condições objetivas para tal.

Para fins da análise proposta neste artigo, faremos uso dessa noção nativa de família que implica examiná-la como um grupo social concreto e dinâmico, que se aproxima muito da noção de família exposta no clássico estudo de Thomas e Znaniecki (1918) sobre os camponeses poloneses. Mas, ao citar tal semelhança, é fundamental observar outra contribuição, inédita para a época, que se refere à importância das interações entre membros de uma família ou, dito de outra forma, a dimensão do cotidiano, perspectiva que foi aprimorada por outros autores, entre eles aqueles que fazem uso da noção de rede para analisar, por exemplo, como os parentes são mobilizados para garantir moradia e alimentação (GESSAT-ANSTETT, 2001).

Nem todos os membros de uma família estão envolvidos com a exploração agrícola, com a terra, o que não significa dizer que deixam de participar das relações de solidariedade, que podem ser operadas tanto por meio de outras dimensões como da sociabilidade. Mesmo nas dimensões econômicas podem estar sendo operados outros mecanismos de troca não necessariamente envolvendo a produção agrícola ou a relação com a terra, como ajuda financeira, indicações de emprego, espaços de coabitação, ajuda mútua às crianças e velhos, entre outros. Voltando à obra de Thomas e Znaniecki (1918), observamos que a aliança e a filiação estabelecem o pressuposto da solidariedade ou, dito em outros termos, da assistência acompanhada do controle (onde se

assiste e se recebe assistência, onde se controla e se é controlado), embora estes não acontecem automaticamente, justamente porque precisam ser atualizados por meio de ações cotidianas. Todos são membros de famílias, mas há entre eles processos de aproximações e distanciamentos que dependem de situações específicas.

Nas seções seguintes examinaremos a construção de arranjos familiares associados às lavouras de soja a partir de dados obtidos nos assentamentos do município de Ipiranga do Norte e Nova Ubiratã. Selecionamos dois arranjos familiares específicos, cujas características parecem delinear duas modalidades distintas: i) a primeira, na seção "mobilizando a família para plantar", marcada pela complexidade das trocas e "ajudas" envolvendo irmãos, cunhados e os pais; e a segunda, na seção "fazendo e desfazendo sociedades familiares", destacando aquelas constituídas inicialmente entre pais e filhos e depois entre irmãos para tocar suas lavouras.

## 2. Mobilizando a família para plantar

Entre os assentados envolvidos com as lavouras de soja, raramente encontramos aqueles que o fazem somente dentro dos limites de seu lote individual[10] e tão menos envolvendo somente os membros de um mesmo grupo doméstico[11]. Muito mais do que dispor de uma área de

10 Os lotes individuais nos assentamentos rurais estudados possuem área que varia entre 70 e 90 hectares.

11 Segalen (2012), em sua introdução à obra de Jack Goody, destaca que o autor influenciou muitos estudiosos da família ao definir o grupo doméstico como unidade de análise formada por uma unidade de produção e uma unidade de consumo. Tal unidade de análise não deve ser confundida com a noção de família nuclear.

terra para plantar e capacidade física para o trabalho, é preciso máquinas para realizar as tarefas, acesso a recursos financeiros — geralmente por meio de bancos ou firmas — possuir capacidade de lidar com a "economia de mercado" — que envolve tarefas de comprar, vender, negociar, além de lidar com preços agrícolas, acompanhar a flutuação do dólar etc.

Para dispor desse conjunto de recursos, os assentados acionam verdadeiras redes pessoais e familiares que produzem arranjos específicos para lidar com a lavoura. Os arranjos podem ser produzidos envolvendo uma gama muito variada de relações, embora haja preferência em constituir arranjos que envolvam membros da família, especialmente quando se trata da posse e uso da terra. Ainda é preciso observar que dispor apenas de membros da família no assentamento, por si só não garante possibilidades concretas para mexer com a lavoura de soja, haja vista que os membros precisam possuir alguns "capitais" (BOURDIEU, 2009) a serem mobilizados para o empreendimento da lavoura. Esse aspecto é relevante para entender quais famílias participam e quais não participam do cultivo do produto predominante nas terras do meio norte mato-grossense.

No que se refere à área de terra onde se implantam as lavouras, procura-se formar uma composição mínima de 150 a 200 hectares, o que corresponde pelo menos a dois a três lotes individuais. Nesse ponto, é preciso observar que a família entra em cena ainda antes da chegada aos assentamentos, pelo ingresso conjunto de vários membros de uma família — pais e filhos (jovens), irmãos e/ou cunhados — no processo de luta pela terra em acampamentos e ocupações. Da mesma forma, outros tantos casos em que após o ingresso de um membro da família nas

terras do assentamento, abre-se caminho para outros membros deslocarem-se para as novas terras, tal como demonstrado em Desconsi (2011, p. 197-200). Dessa maneira, é comum encontrarmos nos assentamentos vários membros de uma família, que buscaram por essa via estar mais próximos uns dos outros e, desse modo dispor de pessoas "com quem se pode contar"; e como disse um entrevistado, ao falar de suas estratégias para implantar e conduzir lavouras de soja no assentamento, "dar o suporte".

Mas isso é apenas uma das faces da mobilização da família para mexer com lavouras de soja. Por isso vamos examinar o caso de uma família operando a exploração agrícola de soja que permite expor outros elementos envolvidos. Emanuel e seus três filhos (adultos) chegaram ao assentamento Piratininga, em Nova Ubiratã, em 1999. Exceto o filho mais novo (João Carlos), todos receberam um lote de 90 hectares, que depois de desmatados deram lugar à pastagem para o gado, atividade que desenvolveram por mais de dez anos. Em 2010, com a "onda da soja", Jeremias, um dos filhos, começou a plantar soja em 240 hectares formados por: 90 hectares de seu lote e mais 150 arrendados de dois cunhados. Isso foi possível porque João Carlos viabilizou o acesso ao financiamento agrícola na cooperativa onde trabalhava como técnico agrícola, mobilizando a boa relação que possuía com seus patrões. Ao estabelecer relação com a cooperativa, também abriram-se as portas do financiamento no Banco do Brasil para a compra de um trator e alguns equipamentos, que contaram com o aval do pai Emanuel e de um dos cunhados.

Em 2012, João Carlos decidiu plantar o lote do pai, que naquele momento encontrava-se arrendado para um vizinho. Perguntamos para

Emanuel como João Carlos dava conta da lavoura, considerando que trabalhava na cooperativa de segunda a sexta-feira. Emanuel informou que ele havia financiado um trator para essa finalidade e o cedeu ao filho Jeremias: "dei o trator para ele, aí ele faz todos os serviços com o trator para nós" (referindo-se a si e ao filho João Carlos), "planta e passa veneno, enfim faz tudo na lavoura". Assim, Jeremias realiza todas as tarefas associadas à lavoura (plantio, tratos culturais etc.), como forma de retribuir ao pai o trator cedido e o aval concedido no banco, e ao irmão, pela viabilização do financiamento na cooperativa e suas ações relacionadas às tarefas de comprar, vender e acompanhar os preços nas firmas.

Os insumos (sementes, adubos e venenos) foram adquiridos "em nome" de Emanuel, mas tudo foi "negociado" por João Carlos na cooperativa, que também se encarregava de outros negócios que envolviam a compra e venda dos produtos agrícolas (soja e milho), assim como dos aspectos técnicos das lavouras. Notamos no trabalho de campo que outros assentados reconheciam João Carlos como o responsável pela lavoura ("é ele que planta"), apesar de todas as tarefas inerentes a ela serem realizadas pelo irmão. Emanuel dizia que o filho "plantava do seu jeito", mas que ele se encarregava de cuidar da terra, ou seja, exercia o papel de vigiar a terra e controlar a circulação de pessoas na área e proximidades. Todos os finais de semana João Carlos estava no assentamento Piratininga, onde tinha amigos e se encarregava de cuidar da lavoura. Durante a semana, enquanto visitava produtores para entrega de produtos e orientações técnicas pela cooperativa, não raro, ele passava pela lavoura, verificava a presença de pragas e

acionava o irmão Jeremias quando da necessidade de aplicar produtos químicos na mesma.

O outro irmão, Reinaldo, possuía seu lote ocupado por pastagens para o gado nos últimos anos, enquanto ele e a esposa passavam o dia a dia trabalhando em sua pequena venda localizada na sede do assentamento. Com a "ajuda" dos irmãos, Reinaldo estava tratando de transformar em lavoura seu lote de 90 hectares, dos quais metade era ocupada pela pastagem. Em 2013, Jeremias trabalhou no lote de Reinaldo, se encarregando das tarefas da "abertura da área", visando ampliar a lavoura. As despesas e todas as tarefas foram arcadas por João Carlos e Jeremias de forma partilhada. Já para o primeiro ano de plantio, João Carlos negociou na cooperativa e nas firmas os recursos necessários para a lavoura de soja nessa área, mas esses empréstimos foram registrados "em nome" de Reinaldo, embora a produção a ser colhida fosse dividida entre João Carlos e Jeremias.

Esse caso é ilustrativo dos arranjos encontrados com mais frequência nos assentamentos. Nele podemos observar que ao todo, no ano de 2013, eram 400 hectares de soja, sendo: 90 hectares do lote de Emanuel, 90 hectares no de Jeremias, 150 no dos cunhados de Jeremias, e mais 70 hectares no de Reinaldo. Tal arranjo não elimina a dimensão mais ou menos autônoma do grupo doméstico de cada um dos seis envolvidos, muito embora nossos dados de campo indiquem que o envolvimento em arranjos familiares para tocar lavoura de soja tem fortes implicações em cada um deles, o que exige observar essa relação na sequência da pesquisa. No entanto, pensá-la como uma unidade de análise mais ou menos fechada pode camuflar a complexidade das trocas que se realizam entre eles. Ademais, não podemos classificar tanto a

terra como a lavoura como um empreendimento coletivo ou individual associado à categoria jurídica de propriedade[12], sem uma atenção à dinamicidade das interações operadas no âmbito familiar, que muitas vezes sustenta parte das imensas planícies cobertas pela soja nos assentamentos rurais do meio norte mato-grossense.

## 3. Fazendo e desfazendo sociedades familiares

Em determinadas situações específicas, os assentados constituíram "sociedades" entre os membros de uma parentela para implantar e conduzir lavouras. Os sentidos da categoria "sociedade" familiar, precisam ser apurados a partir dos próprios agentes, como preza a boa prática antropológica, dando atenção àqueles casos definidos como tais pelos próprios assentados, de modo a não classificar toda e qualquer forma de solidariedade ou cooperação operada no âmbito familiar como manifestação do que se define como "sociedade familiar" nesse contexto específico. Assim, buscamos examinar sua ocorrência a partir de um conjunto de casos apurados no trabalho de

12 Nessa direção, Bohanann (1969), quando em seus estudos na África, ressaltou que os modos de uso das terras trazem implícitas cosmovisões próprias dos grupos sociais. A partir das percepções próprias, esses grupos constroem mapas (mentais) dos usos da terra que, quando desvelados, nos dão elementos para mapear as relações sociais. Do mesmo modo, a relação entre o homem e a terra, segundo o autor, traz implícita em si as relações e interações que se estabelecem entre os homens. A contribuição do autor sugere, concretamente, que relativizemos as cosmovisões predominantes, as quais aparecem inscritas em categorias "oficiais" como propriedade, e pensemos o uso da terra nos próprios termos dos agentes estudados.

campo, de modo a evidenciarmos suas características. Exploramos, a seguir, um desses casos.

Em 1998, a família Ramos, que até então residia e ocupava terras em Lucas do Rio Verde, inicia um processo de deslocamento gradativo para as novas terras nos assentamentos localizados em Ipiranga do Norte[13]. Seu Valmir, pai de sete filhos (cinco homens e duas mulheres), chegou ao Cerrado mato-grossense em 1981, sendo parceleiro no primeiro projeto de assentamento em um lote de terra de 200 hectares em Lucas do Rio Verde. Quando foram criados os primeiros projetos de assentamento em Ipiranga do Norte, o filho César (na época com 24 anos) foi ocupar um lote de terra no assentamento Eldorado II, onde permaneceu sozinho cuidando da terra entre 1999 e 2002. Nesse mesmo período, outros dois irmãos, casados, constituíram uma "sociedade" com o pai em Lucas do Rio Verde, visando explorar em conjunto as lavouras de soja em uma área de 400 hectares arrendadas de outros parceleiros[14]. Assim, durante quatro anos as lavouras de soja e milho permitiram gerar boas colheitas, cujos resultados subsidiaram a melhoria da frota de máquinas e recursos financeiros para custear parte das despesas de "abertura de áreas"[15] em Ipiranga, onde estava o irmão.

13 Ipiranga do Norte foi emancipado no ano 2000 do município-mãe Tapurah, no meio norte do Mato Grosso. Sua origem está associada à criação de sete projetos de assentamentos rurais entre 1993 e 1998 em uma área de aproximadamente 54 mil hectares.

14 Designação atribuída aos beneficiários do projeto Especial de Assentamento, que deu origem a Lucas do Rio Verde, conforme Zart (2008).

15 Abertura de áreas é o nome dado para o conjunto de tarefas associadas à transformação da vegetação nativa em lavouras de soja. Incluem-se, por exemplo, o desmatamento, o enleiramento e a queima da vegetação derrubada, o nivelamento da terra e a correção com calcário.

Em 2004, os irmãos de César ficaram sem área de terra disponível para plantar, pois as que haviam sido arrendadas foram vendidas por seus proprietários. Dispunham, porém, de máquinas (dois tratores, implementos agrícolas, colheitadeira e caminhão médio) que tinham adquirido com o pai para serem utilizadas nessas terras. No assentamento em Ipiranga do Norte, César arrendou um lote de 70 hectares (todo ocupado pela vegetação nativa) de um vizinho e, assim, passou a dispor de 140 hectares, que pretendia transformar em lavoura de soja. Em seguida, dois de seus irmãos deslocaram-se para Ipiranga e, com César, formaram sociedade para abrir as áreas e implantar lavouras de arroz e soja. O pai deixou a sociedade constituída em Ipiranga, muito embora continuasse "ajudando" os filhos em seus empreendimentos nas novas terras.

Três são os elementos que entram em jogo após a saída do pai da sociedade, que passa de uma sociedade entre pais e filhos, para uma sociedade entre irmãos em Ipiranga do Norte: i) a sociedade constituída em Lucas do Rio Verde permitiu a exploração de uma área de terra maior que a exploração de um lote individual de 100 hectares (área própria de Valmir). Isso possibilitou que os filhos participassem de forma ativa do mundo dos produtores do município, tanto na lavoura como nos negócios, fazendo parte da "movimentação", o que parece ser fundamental para a construção do nome[16]. Tal construção do nome da família geraria efeitos positivos em Ipiranga do Norte, onde os vínculos sociais e redes de vizinhança estavam em construção; ii) a sociedade

16 Conforme Almeida (2013), a construção do nome da família é fundamental para assegurar confiança nas relações entre produtores, nas transações com as firmas, revendas agrícolas, etc, enfim, nas sociedades.

familiar entre o pai e os filhos permitiu que, no âmbito das redes de relações, os atributos positivos associado ao nome da família Ramos, que em regra estavam associados à figura do pai (seu Valmir) passassem a ser compartilhados pelos filhos. Ser sócio do pai é uma maneira de aproximar-se da sua posição, aumentando a exposição dos filhos nas redes de relações às quais estão inseridos; iii) Mesmo sem ser parte da sociedade, o pai assumiu outros papéis no período em que os filhos iniciaram a exploração agrícola nas novas terras.

Dois anos depois, em 2006, com a ajuda financeira do pai, os três irmãos Ramos adquiriram três lotes em um assentamento em Ipiranga do Norte. A partir dessas terras, eles formaram uma composição de áreas de três lotes comprados pelos membros da família e mais um arrendado de um vizinho, totalizando 420 hectares. Os lotes foram registrados separadamente: cada um em nome de um dos irmãos, e o quarto em nome da irmã, que morava com os pais em Lucas do Rio Verde[17]. Nota-se que a terra em si não era o objeto da sociedade familiar, mesmo que a solidariedade entre os membros tivesse sido central para formar a composição das áreas sobre as quais se estabeleceu a exploração agrícola que, efetivamente, era objeto da sociedade entre os irmãos.

Mas para desencadear a exploração agrícola em terras ainda não desmatadas, foi necessário aportar grandes quantidades de recursos financeiros, máquinas, e capacidade de trabalho, em grande medida para, gradativamente, realizar o conjunto de tarefas associadas à abertura de áreas e à implantação das lavouras, prevendo retorno

17 A distribuição prévia dos lotes parecia antecipar o processo de transmissão da terra, constituindo-se uma modalidade de distribuição da herança.

financeiro baixo ou nulo nos primeiros anos. Assim, os membros precisavam estar dispostos a disponibilizar à sociedade recursos previamente acumulados em suas "casas" e concentrar esforços durante determinado tempo, sem aguardar redistribuição de possíveis ganhos financeiros obtidos, pois estes, em geral, seriam reinvestidos nas finalidades constitutivas da sociedade.

A presença da família Ramos no novo município se deu inicialmente pela inserção de um dos filhos no projeto de assentamento acessando um lote de terra e, posteriormente, pelo engajamento da rede familiar mais ampla envolvendo os irmãos. César inicia o processo de saída da "sociedade" com os irmãos a partir de 2008, quando muda sua residência do lote para a cidade de Ipiranga e investe na "política", elegendo-se vereador. César relatou que durante dois anos (2009-2011) ainda manteve atribuições na gestão de alguns negócios da sociedade dos irmãos vinculados ao espaço da cidade, tais como acompanhar a cotação dos produtos agrícolas, comprar e vender produtos agrícolas e insumos, o que demanda circular nos espaços das revendas, firmas e bancos de forma frequente. Nos anos posteriores, ele assume sua saída definitiva da sociedade. Observamos que a desvinculação de César da sociedade não foi produto de conflitos entre os irmãos. No entanto, esse aspecto deve ser lido pelo seu inverso. A saída pode, estrategicamente, ser um meio para evitar possíveis conflitos. Afastar-se das atividades econômicas, dos negócios familiares de forma direta pode ter sido o caminho para manter as boas relações entre os irmãos ou pais que, obviamente, não se limitavam à esfera da exploração agrícola ou dos negócios.

Nossos dados indicam a existência de uma correlação entre o fim de sociedades familiares e o desligamento de algum dos membros, em situações em que os membros de um mesmo grupo doméstico expõem concepções distintas na operação de seus cálculos econômicos internos em relação aos demais. No caso de César, seu investimento na política, segundo ele relatou, exigiu dispêndio de parte significativa de seu tempo semanal para "fazer política", o que concorria com a necessidade de tempo requerida pelo objeto da sociedade nas tarefas agrícolas. Paralelamente, a função de vereador colocou à disposição renda monetária mensal ao grupo doméstico não dependente dos resultados da lavoura, a qual passou a ser gerida segundo suas necessidades específicas de consumo.

Essa característica nos leva a crer que os cálculos econômicos de cada um dos grupos domésticos da sociedade devem estar afinados à proposta coletiva. Por mais que a sociedade, nesse caso, tenha comportado apenas uma parte daquilo que pode ser definida como unidade de produção dos grupos domésticos (a lavoura) — podendo existir outras atividades e produtos conduzidos por cada um deles de forma independente —, a exigência de esforços e recursos para a sociedade se sobrepunha às demais atividades.

Os dados indicam a existência de variações entre os recursos que cada sócio familiar coloca à disposição da sociedade. O tempo disponível para o envolvimento nas tarefas relacionadas à lavoura é apenas um deles. Há sociedades familiares nas quais determinados sócios/membros não participam com seu tempo de trabalho, mas com outros recursos, como: i) nome disponível para as transações com bancos e firmas; ii) recursos financeiros ou com áreas de terra. Entretanto, quando César

passa a não dispor de tempo para o envolvimento com as tarefas, isso causa um desequilíbrio nos recursos que ele coloca à disposição da sociedade em relação a seus irmãos.

No caso em análise, a nova situação vivida por César ao passar a se envolver na política foi compreendida pelos irmãos como o momento de ele deixar a sociedade. Diante disso, foi feito "um acerto", e os irmãos compraram a parte de César relativa às máquinas e aos equipamentos, e assumiram o pagamento de parcelas de financiamentos ainda em nome dele. Os dois irmãos seguem tocando a lavoura e fazendo uso do lote de César em sistema de arrendamento. Desse modo, a relação entre irmãos teve continuidade em outras esferas do cotidiano (visitas, festas, solidariedade em momentos de dificuldade, apoio a filhos, netos e sobrinhos, cuidado dos velhos etc.), e também como ponto-chave no suporte a César na política. Quanto mais ele se firmava na política local, assumindo cargos públicos, como o que vem fazendo desde 2008, mais os irmãos mantinham uma composição de áreas para a exploração agrícola, incluindo, além de seus lotes, os 150 hectares do irmão. Assim, tudo nos leva a crer na existência de uma troca, em que, de um lado, os irmãos têm a possibilidade do uso de uma área de terra maior e, do outro, há o reforço do apoio familiar (especialmente dos irmãos) para a manutenção de César na política municipal. Tal troca de bens não materiais acaba por ter implicações materiais ou econômicas para ambas as partes, como propôs Bourdieu (2009) ao falar da "economia das práticas".

O que define a sociedade, independente de sua duração, é a constituição de uma associação "corporada" (WOLF, 2003), com finalidades específicas como formar composição de áreas para plantar, tocar lavouras, dispor de equipes com máquinas para abrir e se instalar

em novas terras — nas quais se mobilizam indivíduos que possuem, previamente, vínculos afetivos e interesses afins. A existência de uma sociedade familiar seria uma forma específica, na qual se congregam conjuntos de interações recíprocas visando dar conta de uma determinada finalidade. Se, por um lado, construir a equidade nos recursos e capacidades é uma premissa para constituir e manter a sociedade, por outro, isso implica que sua constituição deve se dar entre agentes (indivíduos ou grupos domésticos) que possuem status similar, diferente das relações de ajuda ou outras formas de cooperação que podem se apresentar entre agentes de status distintos, mesmo dentro de uma mesma família.

Uma análise sobre os dados obtidos permite afirmar que a constituição de "sociedades" familiares na área de pesquisa aparece relacionada ao desenvolvimento da exploração agrícola em áreas novas. Seu aparecimento se deu imediatamente após a aquisição de terras (ou conquista de lotes em assentamentos rurais), início do processo de instalação de membros da rede familiar nas tarefas de abertura das terras (transformar a terra bruta em nova) e implantação de lavouras. As sociedades que surgiam com mais frequência não possuíam muitos membros. Em geral, eram associações entre pais e filhos (ou o pai e um filho) e entre irmãos (de dois a quatro). Em nosso material, não identificamos sociedades que envolviam irmãos e cunhados, sogro e genro, ou ainda irmãos e primos, mesmo havendo indícios de sua existência. Essencialmente, eram sociedades masculinas, tanto que

sempre eram apresentadas fazendo referência à associação entre homens ligados a um mesmo tronco familiar[18].

## 3. Considerações Finais

Efetivamente, a soja é o produto que parece despertar interesse da maioria dos assentados, mesmo entre aqueles que, por razões diversas, não se envolveram diretamente na sua produção. Quando passamos por um salão comunitário do assentamento Piratininga, encontramos em uma das paredes menção aos que colaboraram para a sua construção, cujos nomes estavam dispostos em várias placas individuais. Chamou-nos a atenção o fato de que entre as placas estava escrito "Fazenda Pizetta; de Jeremias Pizzeta e família". Trata-se de um dos arranjos que enunciamos neste trabalho que recebia a designação de "fazenda", como a maioria dos demais que estava ali disposta. Com relação ao outro caso que apresentamos, localizamos uma placa com o enunciado "Fazenda Ramos" na estrada da principal área da lavoura, em frente a um dos três lotes. Tais enunciados são observados com frequência em toda a região, assim como é comum o uso do termo "fazenda" sempre associado a um nome de família.

"Fazendas" dentro dos assentamentos? Sim, os assentados reconheciam como fazendas (ou às vezes "fazendinhas") não somente as unidades territoriais dos grandes produtores existentes no entorno dos

18 Notoriamente, a literatura sobre o campesinato nos alerta para o fato de que a menção a figura do pai ou esposo, traduz não um individuo, mas um grupo doméstico marcado pela hierarquia e divisão sexual do trabalho (HEREDIA, 1979).

assentamentos, mas também a composição de vários lotes ocupados por lavouras de soja que envolviam algum nível de articulação entre os membros de uma família. Mais do que uma associação entre fazenda e lavoura de soja, há uma associação entre fazenda e o nome de uma família. Nesse caso, implantar e conduzir lavouras, articulando vários dos membros (pais, irmão, cunhados, entre outros), demonstra a capacidade de "união" de uma dada família, aspecto que parece fundamental para a construção de um nome, especialmente em locais de ocupação recente, como esses assentamentos. Nos casos da "família Pizzeta" e da "família Ramos" havia uma multiplicidade de trocas que dava vida à solidariedade e, em consequência, dava sentido à própria categoria família. A capacidade de "se ajudar", que de alguma maneira tendia a evitar as trocas monetárias nas interações que são partes desse tipo de arranjo familiar, dá sentido ao "fazer-se família".

Mesmo assim, no contexto estudado, a própria categoria família está vinculada não apenas à terra, mas ao estabelecimento da capacidade conjunta de tocar a produção agrícola de soja. Assim, os assentados, ao falar de suas famílias, que dentro de um conjunto mais amplo de pessoas vinculadas por alianças de casamento e filiação, acabavam dando mais destaque aos membros que participavam da exploração agrícola da parte "econômica", geralmente homens adultos e casados. Davam menos relevância, ou às vezes nem mencionavam, às mulheres ou ainda àqueles membros que ganhavam a vida fora da agricultura.

A lavoura de soja constituía a forma de uso da terra que mais contribuía para reforçar o prestígio e construir o "nome de família". Se isto é verificado entre os grandes produtores (ALMEIDA, 2013), nos

assentamentos, tal ideal parece guiar as estratégias de muitos grupos familiares. É a partir da composição das lavouras de soja conduzidas por arranjos familiares que os assentados concebem a categoria "fazenda" nessa região em particular, indo além de uma simples associação da família com a propriedade da terra ou uma dada unidade territorial. Isso nos sugere que participar da produção agrícola de soja nessa região possui significados que vão muito além da racionalidade econômica clássica, pois, sobretudo, envolvem tentativas dos assentados em manter-se, ou ao menos se aproximar, nas posições daqueles que detêm o status e o prestígio associados à produção de soja e são reconhecidos como "produtores".

Como nos lembra Bourdieu (2009) ao falar da alquimia social, tanto o capital econômico pode se converter em outros tipos de capitais (social, simbólico, cultural) como estes últimos podem se converter no primeiro. Assim, ganhos monetários obtidos na exploração agrícola podem ser convertidos em capital simbólico — nome de família, formas de prestigio — como pode ocorrer o contrário. O prestígio alcançado a partir do nome da família, fortalecido pela exploração agrícola da soja, que também, por sua vez, é o produto que gera maior status nas relações sociais, pode se converter em mais facilidade de obter recursos nas firmas, conseguir terras para arrendar e assim por diante.

## Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Luciana. **Gaúchos, festas e negócios:** o agronegócio da soja no meio norte do Mato Grosso. Programa de Pós-graduação de Sociologia e Antropologia/UFRJ, 2013. [Tese de doutorado]

ARENSBERG, Conrad; KIMBALL, Solon. **Family and community in Ireland**. Harvard University Press, 1968.

BOHANNAN, Paul. Africa's Land. In: DALTON, Gaston (ed.) **Tribal and Peasant Economies**. Nova York: The Natural History Press, 1967, p. 51-60.

BOURDIEU, Pierre. **Argélie 60:** structures économiques et structures temporalles. Paris: Les Éditions de Minuit, 1977.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.

DESCONSI, Cristiano. **A marcha dos pequenos proprietários rurais:** trajetórias de migrantes do sul do Brasil no Mato Grosso, Rio de Janeiro: E-papers, Coleção Sociedade e Economia do Agronegócio, v. I, 2011.

FERNANDEZ, Antônio João Castrilhon. **Do Cerrado à Amazônia:** das estruturas sociais da economia da soja em Mato Gros**so**, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS, 2007. [Tese de doutorado]

GESSAT-ANSTETT, Élisabeth: "Du collectif au communautaire. À propos des réseaux familiaux dans la Russie post-soviétique". **L'Homme**. EHESS. 157 janvier/mars, 2001. 115-36.

HEREDIA, Beatriz Alasia. **A morada da vida:** trabalho familiar e pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio Pereira. Sociedade e economia do "agronegócio" no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n.74, out. 2010.

MORENO, Gislaene. **Terra e poder em Mato Grosso:** política e mecanismos de burla 1892-1992. Cuiabá, EduUFMT: Entrelinhas, 2007.

SEGALEN, Martine. Introduction. In: GOODY, Jack. **L'evolution de la familie e du marriage en Europe**. Paris: Armand Collins, 2012.

THOMAS, William I.; ZNANIECKI, Florian. **The Polish Peasant in Europe and America**. Boston: Gohan Press, v. 1, 1918.

WEIZ Jr., Waldemar. **O mercado da soja e as relações de troca entre produtores rurais e empresas no sudoeste de Mato Grosso**. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/UFRRJ, 2014. [Tese de doutorado]

WOLF, Eric. Comunidades camponesas corporadas fechadas na Mesoamérica e em Java Central. In: BIANCO, Bela Feldman; RIBEIRO, Gustavo Lins (Orgs.). **Antropologia e poder:** contribuições de Eric Wolf.. São Paulo: Ed. Universidade de Brasília, 2003. p. 145-84.

ZART, Laudemir. Lucas do Rio Verde: as vozes dos parceleiros no processo de construção de um novo espaço social. In: BARROSO, João Carlos (Org.). **Mato Grosso:** do sonho a utopia da terra. Cuiabá, EdUFMT, 2008, p. 261-97.